



Juntos pelo Sudoeste

Movimento de Cidadãos
de Odemira e Aljezur
em Defesa do Sudoeste

**Exma. Senhora Ministra da Agricultura
Dra Maria do Céu Antunes
Com Conhecimento do Gabinete do Primeiro-Ministro
Dr. António Costa**

Odemira, Janeiro de 2023

Assunto: Impactos da agricultura intensiva no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina/ZEC Costa Sudoeste

Num contexto do planeamento de uma nova campanha de rega de 2023 no Perímetro de Rega do Mira (PRM), o **movimento de cidadãos Juntos pelo Sudoeste** dirige esta carta a V. Exa com forte preocupação e perplexidade, na sequência das declarações da Sra. Ministra na [série documental "Efeito de Estufa"](#), exibida em Outubro do ano que agora findou, na Sic Radical, assim como perante o imparável crescimento da área de agricultura intensiva no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina / Perímetro de Rega do Mira (PNSACV / PRM), apesar de todas as linhas vermelhas há muito ultrapassadas.

O Juntos pelo Sudoeste é um movimento de cidadãos de Odemira e Aljezur que, desde o final de 2019, tem vindo a denunciar junto das autoridades públicas e dos órgãos de comunicação nacionais e internacionais a iminente insustentabilidade da situação ambiental, paisagística e social originada pelo avanço galopante e descontrolado da indústria agrícola no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV), o que tem ferido de morte o equilíbrio e a coesão da região, alterando de forma indelével a sua face, sem qualquer estratégia de longo prazo.

O nosso movimento de cidadania, que reclama da ausência de supervisão do Estado, não pôde deixar de se surpreender com [o testemunho da Sra. Ministra de Agricultura na referida série documental. No terceiro episódio afirmou:](#)

> Minuto 9:35: “temos que arranjar forma de compatibilizar aquilo que não foi feito porque as coisas não aconteceram a par (?). Estamos a fazer um trabalho que tem que ser feito, é um trabalho difícil, são muitos anos, são mais de trinta anos, efectivamente (?)”.

Perguntamos nós, cidadãos eleitores, que habitam neste massacrado território de Portugal: existe então há trinta anos uma situação de incompatibilidade entre a agricultura que se vem praticando e a conservação da natureza no Sudoeste Alentejano, e o Estado português e sucessivos governos - eleitos pelos portugueses, entre os quais os alentejanos - demoram três décadas a endereçar a questão, e ainda se queixam de ser um trabalho **difícil**?

Permita-nos dizer-lhe, Senhora Ministra, que **difícil** é assistirmos quotidianamente à ocupação de áreas infinitas de pastagem e de sistemas silvo-pastoris, em muito responsáveis pela classificação de Parque Natural e enquadramento na Rede Natura 2000, por sistemas agrícolas intensivos, muitos deles debaixo de quilómetros de plástico, sem qualquer ponderação, licenciamento ou sequer fiscalização.

Difícil é vermos semanalmente a implantação de culturas tornadas permanentes - cujos consumos hídricos estão perfeitamente desfasados do equilíbrio hidrológico da região - e a depredação da reserva de água da barragem de Santa Clara, em total contra ciclo com a redução de pluviosidade na região, infringindo os contratos de concessão para gestão do Aproveitamento Hidroagrícola do Mira - outorgado pelo seu ministé



Juntos pelo Sudoeste

Movimento de Cidadãos
de Odemira e Aljezur
em Defesa do Sudoeste

rio à Associação de Beneficiários do Mira (ABM), a Lei Quadro da Água e até a própria Constituição Portuguesa, ao mesmo tempo que se conhecem "negócios" de água à margem da lei (conforme atesta ofício recente da Direcção Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural - DGADR - em anexo).

Difícil é observar, neste território precioso em biodiversidade ("A costa Sudoeste da Península Ibérica, designadamente a área onde esta ZEC se insere, é um dos territórios mais biodiversos da Europa" - [in Relatório do Plano de Gestão da ZEC Costa Sudoeste, actualmente em Consulta Pública](#)), [terraplanagens e eliminações sumárias de linhas de água naturais e habitats protegidos, a cada nova exploração que se instala](#), e uma redução alarmante dos seus valores naturais, alguns únicos no mundo (conforme atesta o referido recente [relatório](#) nas págs 73 > 77 e págs 83 > 85).

Difícil é saber que muitas das culturas recentemente instaladas em pleno PNSACV não são sequer alimentares e que, num cenário de escassez ou ameaça de escassez hídrica, se rega absurdamente eucalipto ornamental, flores e plantas ornamentais.

Difícil é conhecer as condições de vida da força de trabalho, importada sem qualquer preparação prévia, impondo feridas sociais profundas no seio de comunidades pequenas há muito esquecidas (e agora lembradas pelos piores motivos).

Difícil é saber que aqui se pratica o crime hediondo da escravidão e que o tráfico de pessoas se instalou à luz do dia no Alentejo.

Difícil é termos cada vez mais a certeza de que só a agricultura intensiva tem lugar em Odemira e que as vidas de todas as pessoas não relacionadas com o agronegócio, que habitam o território, não têm qualquer valor.

Regressando ao tema da ÁGUA, como a Senhora Ministra certamente saberá, em 2022 só foi possível fazer uma campanha de rega no PRM recorrendo a autorização excepcional da Agência Portuguesa do Ambiente para a descida do nível de tomada de água na Albufeira da Barragem de Santa Clara da cota 114,70 para a cota 108, aliás justificada pelo oportuno pretexto de garantir o abastecimento público de Odemira, que depende dessa infraestrutura. Mas não nos esqueçamos que o desequilíbrio hidrológico se deve a um contínuo alheamento de uma realidade há muito anunciada no que respeita a gestão da água, canalizando 90% da reserva de Santa Clara para o agronegócio, sendo que, em 2022, **apenas 7% dos beneficiários do Mira consumiram 89% da água para rega** e que, para a campanha de rega de 2023, se prepara um pedido de autorização para tomar água a uma cota ainda mais abaixo - 102 (fonte: ABM). Afinal, a partir de que cota/volume é que se reserva a água de Santa Clara exclusivamente para o abastecimento público? Qual é o limite de exploração de Santa Clara; o fundo da barragem e o fim da vida em Odemira?

A crescer ao que já foi escrito, o contínuo fornecimento de água, legitimado pela DGADR, para rega de recentes e enormes projectos de agricultura intensiva, colide frontalmente com o quadro de alterações climáticas, secas prolongadas e o aumento das temperaturas médias no sul de Portugal. O que resulta no facto de, actualmente, já ser evidente a dificuldade de sobrevivência de pequenos agricultores residentes nas imediações da infraestrutura (os chamados "precários"), que sempre fizeram parte do tecido económico e cultural de Odemira e a quem é agora subtraído um factor de produção fundamental em prol da "poupança" generalizada de água, quando, sabemos nós que vivemos aqui, que até fundos de investimento dedicados ao agronegócio continuam a sua senda predatória na região.

Agora que começam as inscrições para a campanha de rega de 2023 e que a reserva de Santa Clara subiu apenas uns míseros 2/3% nos últimos meses, estando agora em 37% do volume máximo, perguntamos:



Juntos pelo Sudoeste

Movimento de Cidadãos
de Odemira e Aljezur
em Defesa do Sudoeste

Onde está a justiça social deste “modelo de desenvolvimento” quando o que vemos na prática é o sacrifício do território e das suas pessoas em nome dos números das exportações?

O que pretende o Ministério da Agricultura fazer quanto à escala desproporcional de projectos de agricultura intensiva num território protegido, onde não há e haverá cada vez menos água?

Como conciliam os ministérios da Agricultura e do Ambiente as responsabilidades que Portugal assumiu a nível de conservação da natureza até 2030, os compromissos de atingir 30% de áreas protegidas, restaurar espécies e habitats e contrariar a relação entre degradação dos ecossistemas e alterações climáticas?

> Voltando ao testemunho da Sra. Ministra do documentário Efeito de Estufa”, no minuto 16:30 afirma: “os nossos agricultores são os primeiros a reconhecer que há todo um trabalho a ser feito, que é fundamental, mas que até aqui não tinham essa sensibilidade e que hoje, porque são valores sociais (??), também sabem que passaram a ser determinantes para garantir a sustentabilidade dos seus territórios e também sabem que o consumidor está mais atento e por isso mesmo têm que lhe dar essas respostas”.

“Até aqui” os nossos agricultores não tinham “essa sensibilidade”? É o Governo do País que está mandado pelos portugueses para delinear e executar políticas públicas e, através do Parlamento, criar legislação. No documentário em apreço, fica bem patente que há legislação que não foi cumprida e o Governo deposita a responsabilidade na “sensibilidade” de “agricultores”, sendo que, no caso concreto, se trata ainda por cima de uma maioria de empresas sem qualquer ligação ao território e várias nem sequer a Portugal? E nós, cidadãos, temos que aceitar e contar que essa “sensibilidade” surja decorrente das exigências do sacrossanto “mercado” e não de uma estratégia de sustentabilidade para a região?

Sendo que o actual Governo já leva sete anos de governação, teve e tem caminho livre para regular, fiscalizar e penalizar os incumpridores, perguntamo-nos por que razão não o faz, preferindo criar períodos “transitórios de dez anos” (Resolução de Conselho de Ministros 179/2019), nos quais não só incentiva o visível avanço sem controlo da agricultura intensiva (com ou sem plástico, com culturas que nem sequer garantem qualquer soberania alimentar, chegando ao ponto de prejudicar esta área protegida com culturas de flores, plantas ornamentais e eucalipto regado!) como também permitiu “excepcionalmente” a instalação de aldeias de contentores em pleno Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina para alojar trabalhadores migrantes, enquanto nos aglomerados urbanos cresce a olhos vistos uma ferida social com milhares de migrantes a viver em condições indignas e desumanas, sobejamente conhecidas.

No contexto das suas declarações e da situação ambiental e social extremamente delicada, sentimo-nos no direito de lhe solicitar uma reunião, na qual a Senhora Ministra aceite ouvir a cidadania, já que o tecido social de Odemira não é apenas composto por multinacionais de agricultura intensiva, há outros cidadãos que também querem ser ouvidos e tidos em conta no planeamento estratégico e execução de políticas públicas no território que habitam.

Acrescentamos ao pedido de reunião com a Senhora Ministra um pedido de informação ao seu gabinete sobre o ponto de situação relativamente às missões atribuídas à DGADR pela referida RCM nº 179/2019 publicada há mais de três anos, inclusive como organismo responsável pela presidência do Grupo de Projecto do Mira (nº 19, al. a):

1) Programa de Ação para o Perímetro de Rega do Mira (com prazo de 6 meses a contar da publicação da resolução - nº 18 alínea a));



Juntos pelo Sudoeste

Movimento de Cidadãos
de Odemira e Aljezur
em Defesa do Sudoeste

2) Proposta de redelimitação do Perímetro de Rega do Mira apresentada aos membros do Governo responsáveis pelas áreas do ambiente e da agricultura com vista à compatibilização dos valores naturais presentes no PNSACV e nos sítios e zonas da Rede Natura 2000 com a produção agrícola (com prazo de um ano a contar da data da publicação da resolução - nº 13);

3) Revisão do «Projeto de Cortinas de Abrigo do Mira» (com prazo de um ano a contar da publicação da resolução – nº 14).

4) Identificação, publicitação e atualização da cartografia com a localização dos alojamentos temporários existentes a requalificar ou a remover nas áreas do AHM que se sobrepõem às áreas do PNSACV, na vossa página eletrónica (nº 16)

Outros países cometeram [erros que, espantosamente, estão a ser repetidos no Sudoeste](#), com trinta anos de “atraso”, exactamente quando esse “atraso” representava uma oportunidade, agora perdida, para fazer melhor e diferente.

Melhor seria, na nossa opinião, promover a transição para uma agricultura adaptada à realidade, que usasse a proteção do território e dos seus recursos naturais como uma condição primária e uma mais valia, em qualquer exploração no PNSACV.

Diferente seria fazer cumprir a legislação existente, nomeadamente o Plano de Ordenamento do PNSACV, impondo de imediato às empresas objetivos claros e concretos de alteração das más práticas, não só na ocupação de territórios com protecção especial, como na dimensão e densidade das estruturas construídas e na gestão dos resíduos.

Diferente seria ainda caminhar para uma produção agrícola com menor densidade e impacto, numa perspetiva regenerativa à escala do PRM, o que inclui entre outros, aproveitar os recursos tecnológicos para a gestão em tempo real das explorações e fomentar o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental nas práticas e nos produtos, que possibilitassem a criação de uma marca de valor, associada ao PNSACV.

Desde já gratos pela atenção dispensada, aguardamos com expectativa resposta às nossas questões, com a celeridade que esta situação merece, bem como a indicação de data oportuna para uma reunião conjunta.

Cumprimentos,

Juntos pelo Sudoeste - Movimento de Cidadãos de Aljezur e Odemira em Defesa do Sudoeste

Ana Serra/Fátima Teixeira - 965824059/Filipe Barrenho/Filipe Costa/Guilherme Azambuja – 915021754/
Henrique Soares/Irene Nunes/Jacqueline Trabant/Laura Cardoso e Cunha - 919459498/Mário Encarnação
- 919455078/Nuno Carvalho – 916110330/Raquel Louçã/Rui Amores/Sara Serrão - 931105167/Vânia Castro

E-mail: juntospelosudoeste@gmail.com

Facebook: [Juntos pelo Sudoeste](#)

Instagram: [juntos.pelo.sudoeste](#)

Video: <https://www.youtube.com/watch?v=7Ak4Fj9Szg4&t=19s>